

Amazônia Legal perdeu 7% de sua cobertura florestal

BRASÍLIA — A Amazônia Legal brasileira, com uma área superior a 5 milhões de quilômetros quadrados, englobando os territórios de oito estados da Federação, perdeu nas últimas três décadas 343 mil quilômetros quadrados de sua cobertura florestal, ou cerca de 7% de sua área total. Essa área equivale a 30% de todo o território da Bolívia. Os desmatamentos e queimadas aumentaram substancialmente durante os governos militares, principalmente com a decisão tomada pelo presidente Médici e pelo seu ministro dos Transportes, Mário Andreazza, de abrir projetos de colonização em Rondônia e de construir a mastodôntica rodovia Transamazônica.

“O Banco Mundial avalia que a Amazônia já perdeu mais de 600 mil

quilômetros quadrados baseado em projeções”, critica o diretor-geral do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), o engenheiro-mecânico Márcio Barbosa, destacando que o Inpe vem fazendo um monitoramento permanente dos desmatamentos e queimadas feitos na Amazônia através de fotografias do satélite *Landsat*. “Cada região da Amazônia é recoberta a cada 16 dias pelo *Landsat*, que nos dá dados precisos e inquestionáveis sobre a destruição de florestas tropicais na Amazônia”, acrescentou o diretor do Inpe.

Os dados colhidos pelo *Landsat* são recebidos na estação do Inpe instalada em Cuiabá, de onde as fitas magnéticas são enviadas à cidade de Cachoeira Paulista, em São Paulo, onde são transformadas em fotos que

mostram nitidamente qualquer alteração na cobertura vegetal. “Nosso trabalho tem credibilidade internacional”, constata Márcio Barbosa, lembrando que o Inpe foi escolhido entre as mais renomadas instituições do planeta para fazer o monitoramento de todas as florestas tropicais do mundo e apresentar um detalhado levantamento em 1992, durante as comemorações do Ano Internacional do Espaço.

O Inpe estará concluindo agora em junho um novo monitoramento global da região amazônica e, desde já, Márcio Barbosa espera polêmica. Os dados atualizados do Inpe revelam que o estado de Rondônia é o mais atingido por desmatamentos e queimadas. Cerca de 12,6% do território de Rondônia já perdeu sua co-

bertura vegetal por causa dos projetos de colonização fracassados e estradas polêmicas como a BR-364 (Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco). O estado menos atingido por queimadas é o Amapá, que perdeu apenas 0,6% de sua cobertura vegetal.

O Maranhão perdeu 9% de sua cobertura vegetal; Mato Grosso já perdeu 8,4%; o Tocantins perdeu 7,5%; o Pará perdeu 7,11%; o Acre, 3,6%; Roraima, 0,9% e o Amazonas, maior estado da Federação, com uma área superior a 1,4 milhão de quilômetros quadrados, perdeu apenas 0,8% de sua cobertura vegetal. “Temos que considerar os desmatamentos antigos realizados na Amazônia, principalmente na zona bragantina dos estados do Pará e Maranhão, onde foram destruídos 92 mil quilô-

metros quadrados de cobertura vegetal antes da década de 60”, revelou Márcio Barbosa. A zona bragantina se estende por todo o litoral do Pará até o Sul do Maranhão e seu principal município é Bragança, no Pará. Região economicamente rica, teve suas florestas destruídas para o cultivo de produtos hortifrutigranjeiros, como a pimenta-do-reino, antes da criação da Sudam.

Os projetos agropecuários implantados na Amazônia Legal a partir da década de 60, com incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), foram responsáveis pelo desmatamento de milhares de quilômetros quadrados de floresta, afirma o diretor geral do Inpe, ne-

gando que o órgão que dirige tenha tentado manipular dados durante o governo José Sarney para diminuir a área alterada na Amazônia Legal por queimadas e desmatamentos.

“Ganhamos um atestado de credibilidade da CPI da Amazônia, presidida pelo senador Jarbas Passarinho, que em seu relatório final mostrou que, nessa questão, houve conotação político-partidária”, defendeu-se Márcio Barbosa. “O Inpe está programado para dar todo o apoio ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na Operação Amazônia, de combate às queimadas, que o presidente Fernando Collor anuncia oficialmente na terça-feira, no Pantanal matogrossense”, concluiu.

Pará começa a se armar

BELÉM — As queimadas que dizimam a Floresta Amazônica todos os anos a partir de meados de junho e que já começaram a ser observadas em alguns pontos do Pará, fizeram com que o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) seja um dos poucos órgãos do governo federal a escapar do corte de 30 por cento de pessoal.

Pelo contrário. O Ibama está fazendo várias contratações no Pará para reforçar sua equipe de fiscalização e conter o desmatamento e as queimadas. O superintendente regional do órgão, Paulo Koury, anunciou uma operação no resto do ano, que envolverá centenas de fiscais e agentes da Polícia Federal.

Koury garantiu que o órgão vai fazer tudo para evitar desmatamentos e a repetição do que aconteceu na semana passada no município de Tucuman, no Sul do Pará, onde mais de 2 mil hectares de florestas foram derrubados sem o conhecimento do Ibama. Ele disse que mais de 12 motosserras e cerca de 3 mil metros cúbicos de madeira já serrada e estocada foram apreendidos.